

Salvaguarda da diplomacia



Adriano Moreira

27 Novembro 2021 — 00:32

Quando a Europa atingiu a estabilidade suficiente que pode ser chamada de vida habitual, com cidades capitais a dispensar as Cortes de serem itinerantes, salvo uns intervalos frequentes das guerras internas e internacionais, o estatuto dos embaixadores enriqueceu-se de prestígio social, com expressão na residência que honrasse o país de origem, circulando íntimos pelas elites políticas, militares e culturais, observando, pensando e transmitindo as conclusões, as prevenções, e os conselhos aos respetivos governos. A tradicional centralização da direção da política externa, acoplando a responsabilidade militar, fazia dos embaixadores os olhos do rei, e muitos deixaram textos de presença indispensável no estudo e na meditação da evolução da conjuntura internacional, das variações do conceito estratégico nacional ao longo dos tempos, dos pontos fortes e fracos do desempenho do Estado perante a incerta tabela dos acidentes e desafios da política.

A complexidade crescente da rede mundial de dependências e o tempo acelerado da mudança ultrapassaram as capacidades, as rotinas e a criatividade dessas estruturas, que se tinham arquitetado em tempo demorado, os Estados perderam de regra a eficácia do modelo da centralidade da direção e, sem grande diferença qualitativa entre poderosos e pequenos, multiplicam, por todas as áreas das competências que guardam, os centros de intervenção que se articulam em redes internacionais, sem que isso tenha necessária réplica em redes internas que mantenham a corrente da informação entre todos. Na defesa, nas finanças, na economia, na cultura, na ciência, na educação, nas instituições financeiras do Estado, as responsabilidades, que exigem perceção e prospetiva, multiplicam as linhas de ação, as quais se cruzam com homólogas emergências vindas da sociedade civil, também esta a multiplicar as redes privativas que traçam os modelos transfronteiriços da vida contratualizada, redes que se enlaçam em centros de diálogo, de exigência e de acomodação, tendo por interlocutor o surpreendido Estado, por vezes o reverente Estado, algumas vezes o inferiorizado Estado.

Por tudo, não apenas o aparelho diplomático secular tem dificuldades sérias em assegurar métodos e capacidades de controlo global, com embaraços que nascem, entre mais causas, da deficiência de modelações jurídicas, de práticas que criam uma espécie de *soft law* que embaraça a racionalidade, da concorrência de uma variedade de interventores políticos com

reverências hierarquizadas, tudo dando por vezes a impressão de que a multiplicação e a velocidade das intervenções se transforma numa espuma dos tempos que a natureza das coisas vai pontuando de emergências, que sugerem a responsabilidade de um Deus desconhecido.

Os perigos do holocausto nuclear foram reconhecidos de longe, os tratados de salvaguarda multiplicaram-se, as diplomacias afadigaram-se, os serviços de informação foram sofisticados, as instâncias internacionais reuniram coletivos vigiados pelos meios de comunicação mundial, e subitamente as novas potências nucleares desvendam-se, as movimentações diplomáticas ganham novo ímpeto, a espuma dos tempos avoluma-se, e a natureza das coisas faz saber a dimensão da perigosa realidade que se foi estruturando.

Entretanto, os chefes das diplomacias, incluindo os dos Estados mais poderosos, vão de capital em capital, de conferência em conferência, de declaração em declaração, circulando pelo globalismo cujas debilidades não os responsabilizam apenas porque as não previram, a correr e a pensar, por esta criticável ordem, de acordo com a leitura imposta pela corrente ininterrupta de desmentidos, de correções, de aditamentos. Martin Luther King sintetizou: "A cobardia pergunta - é seguro? O oportunismo pergunta - é político? A vaidade pergunta - é popular? Mas a consciência pergunta - está certo?" (in Madeleine Albright, *Os Poderosos e o Todo-Poderoso*, Lisboa, pág. 63). Pregadores da urgência da verdade no exercício da política como foi Ana Arendt, e da importância do diálogo como sustentam todos, dificilmente podem conciliar-se com o panorama desta época que se pretende que seja da informação e do saber, longe também da sabedoria que invocaram. Inverter o ritmo, isto é, regressar ao modelo de pensar antes de décadas mais tarde (1998), de parceria com Roger Gérard, publicar *La Politique Mensonge*. Alguns factos da conjuntura desta entrada do milénio interpelam no sentido de ter presente a advertência que aquelas indagações apoiaram, e avaliar as consequências de a teatrologia política ter violado severamente a tolerância possível para a mentira real que os analistas dificilmente consideram ser evitável na luta pelo poder político e seu exercício, fazendo em todo o caso apelo à prudência. Um facto agravado pela circunstância de a opinião pública se encontrar por vezes alienada a sistemas de comunicação vinculados a interesses dominantes.